



Artigo

Considerações sobre as ideias de verdade e controvérsias em torno dos ensinamentos dos Espíritos

Ademir L. Xavier Jr.

Brasil

"A vaidade de certos homens, que julgam saber tudo e tudo querem explicar a seu modo, dará nascimento a opiniões dissidentes. Mas, todos os que tiverem em vista o grande princípio de Jesus se confundirão num só sentimento: o do amor do bem e se unirão por um laço fraterno, que prenderá o mundo inteiro. Estes deixarão de lado as miseráveis questões de palavras, para só se ocuparem com o que é essencial. E a doutrina será sempre a mesma, quanto ao fundo, para todos os que receberem comunicações de Espíritos superiores¹."

1 - Introdução

Todos aqueles que já tiveram a oportunidade de entrar em contato com as páginas e conceitos espíritas dificilmente deixaram de se perguntar quanto à natureza e a validade de muitas das informações trazidas pelos mensageiros espirituais. Nesse sentido, é relevante se perguntar quanto aos critérios de aceitação dos ensinamentos espíritas, sobre como deve ser nossa postura diante da propagação, divulgação e grau de validade desses ensinamentos. Será que um determinado conceito deve ser aceito absolutamente, sem exame algum, com exclusão daqueles que por ventura possam discordar dele? Será que, por outro lado, devemos sempre manter uma postura reticenciosa, como que eternamente aguardando uma última palavra ou, o que seria ainda mais restrito, considerar tais ensinamentos como meras figuras passadas pelos Espíritos na impossibilidade de nós, os encarnados, estarmos longe de mais do que seria a verdade? Como se dá o consenso ao redor de um determinado ensinamento? Tais questionamentos podem parecer supérfluos a uma mente excessivamente prática, mas estão provavelmente na raiz de grandes males que afetaram a humanidade.

Sem dúvida, diversos estudos foram feitos desde os primórdios do

desenvolvimento da doutrina com Allan Kardec em torno da validade e aceitação das teses do Espiritismo. No momento histórico da codificação, diante da exuberância dos fenômenos espíritas (a aparecerem espontaneamente em muitas instâncias simultaneamente), Allan Kardec chegou a formulação do *critério da concordância universal* dos ensinamentos dos Espíritos. Em termos resumidos tratava-se da aceitação de uma determinada tese (em sua maioria relacionada aos princípios básicos) quando apoiada maciçamente pelos Espíritos através de diferentes médiuns nos mais variados lugares. Voltaremos a esse ponto na Parte 3 deste artigo. Essa ideia lembra vagamente os critérios de aceitação de conceitos e teorias dentro das universidades e institutos de pesquisa científica. Não seria o caso de uma certa ideia ser aceita quando apoiada igualmente por uma variedade de departamentos científicos após, muitas vezes, difíceis e laboriosas experimentações? O mesmo se daria com os princípios espíritas, já que as fontes destes são os Espíritos por meio dos médiuns. A comparação não pode ser estendida indiscriminadamente, pois não segue daí que toda ideia espírita deva sempre ser sancionada pelo critério da concordância universal da mesma forma que a aceitação de certos pontos de uma teoria científica não precisa ser sancionada por um grande número de laboratórios. Isto, porém, é apenas um ponto de semelhança entre o Espiritismo e as doutrinas da ciência comum. A aceitação dos princípios espíritas está baseada também no selo de racionalidade e coerência que ele empresta à sua visão do universo, algo muito em comum com as teorias das diversas ciências que estudam a matéria e suas manifestações.

Pretendemos aqui enfatizar que tais desenvolvimentos colocam o Espiritismo em uma posição ímpar no cenário das religiões atuais. Para esse fim, é muito interessante recorrermos à história com o intuito de conhecer melhor como eram aceitos e avaliadas as verdades pelos povos antigos. Analisando especificamente a história das religiões (para o mais perto possível do que seria o objeto de estudo do Espiritismo), constatamos o quão difícil e às vezes sanguinolenta pode ser a disputa pela aceitação das ideias religiosas. No caso específico da religião católica - com a qual nos encontramos mais próximos culturalmente - é nítida essa dificuldade. Observando a história da Igreja, vemos como foi constante o interesse do Plano Maior na libertação e engrandecimento da Igreja que, amiúde, se via a braços com discussões muitas vezes estéreis e sem interesse para as sociedades onde floresceram as organizações católicas. A grande consequência prática desses debates culminava, muitas vezes, com a morte deliberada de tantos outros que chegaram perto demais da "**heresia**". Ficou famosa, por exemplo, a chamada **controvérsia ariana** no começo do Cristianismo. Do historiador católico Eamon Duffy (2) colhemos o seguinte relato:

"A consternação de Constantino em face das divisões dos cristãos norte-africanos haveria de redobrar quando, tendo deposto Licínio, o imperador pagão rival no Oriente, ele se mudou para sua nova capital cristã a 'Nova Roma', Constantinopla. Pois as divisões da África nada eram em comparação com a profunda fissura na imaginação cristã que se abriu, no Leste, por iniciativa de Ário, um presbítero de Alexandria famoso por sua austeridade pessoal e pela popularidade entre as freiras da cidade. Ário fora afastado pelo bispo local por pregar que o 'Logos', a Palavra de Deus que em Jesus se fizera carne, não era o próprio Deus, mas uma criatura infinitamente superior aos anjos, embora como eles criada do nada antes do começo do mundo. Ele via em tal ensinamento um meio de conciliar a doutrina cristã da Encarnação com a fé igualmente fundamental na unidade divina. Na verdade, essa ideia privava o cristianismo de sua afirmação central segundo a qual a vida e morte de Jesus tinham o poder de redimir, pois eram ações do próprio Deus. Contudo, as verdadeiras implicações do arianismo não foram compreendidas de pronto, e Ário conseguiu amplo apoio. Mestre de propaganda angariou a simpatia popular compondo canções teológicas para serem cantadas por marinheiros e estivadores nas docas de Alexandria. Escapando aos salões eruditos, o debate teológico irrompeu nas tavernas e nos bares do Mediterrâneo oriental."

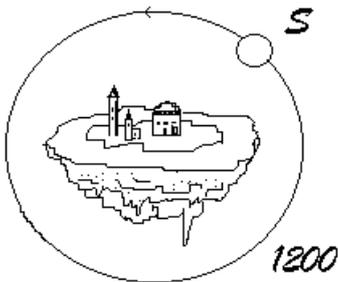
Como foi resolvido o problema de Ário? Na verdade não houve uma solução definitiva. Na época a solução se materializou no concílio de Niceia (em 325), convocado pelo imperador. Ainda segundo Duffy:

"Niceia foi o começo, não o fim da controvérsia ariana. A derrota dos adeptos de Ário havia sido imposta por um imperador decidido a resolver rapidamente as coisas. Eles foram silenciados, não persuadidos, e, terminado o concílio, reagruparam-se para contra atacar."

É fato conhecido de todos que Constantino considerava a emergente fé cristã uma poderosa força de aglutinação do império romano que estava prestes a desmoronar. Por isso ele via com angústia o debate teológico infundável e, por razões práticas, resolveu impor uma solução. A tradição católica (isto é, a convergência da opinião do clero e do laicato crente em torno da interpretação de certos pontos evangélicos a se materializarem como dogmas) foi, portanto, uma lenta e encarniçada construção que se desenvolve até hoje, onde muitas vezes o interesse político e econômico

ditou uma clara delimitação entre o que seria a verdade e a heresia. Não foram poucos os movimentos de renovação católicos e de **"reforma"** (mesmo antes dos protestantes no Século XVI) e, na Idade Média, foram considerados grandes os papas que se dedicaram vivamente a eles (2). Os que se admiram de semelhantes movimentos na atualidade apenas desconhecem a milenar história da Igreja. Como eram, entretanto, tomadas as decisões em matéria de fé? Onde deveria estar a verdade quando dois partidos rivais se insuflavam defendendo cada um sua própria opinião? Esta era decidida oficialmente e com esperanças para sempre seja a portas fechadas, seja pela aclamação popular, pelo voto dos bispos (**concilium**) ou pela vontade do papa. Na prática a Igreja se viu obrigada a revisar constantemente seus pontos de vista sobre conceitos marginais ou centrais à fé católica. É importante ter em mente que a construção de toda Doutrina Católica (e o aparecimento dos movimentos de reforma) se guiou em muito pela necessária manutenção da **"pureza doutrinária"** da crença em Cristo. Não foi senão em função da sustentação de tal pureza que se ergueram os tribunais crematórios (2) (a Inquisição) por Gregório IX em 1231. Nesse sentido, a Igreja de Roma adquiriu sua fama ao longo do tempo por ter se propagandeado livre da heresia (principalmente diante do cisma com a Igreja grega²) e guardiã **"da fé dos Apóstolos"**.

2 - Exemplo das ciências



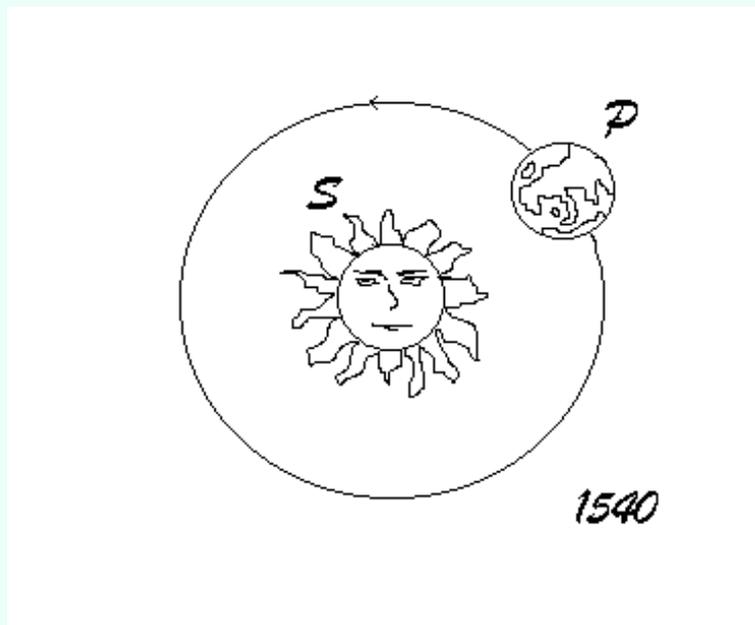
Compreende-se que na nossa vida comum estamos diante de situações que exigem uma posição prática diante dos fatos.

Quando alguém diz: **"fulano é casado mas tem uma amante mais velha"**, em geral, a primeira atitude não é a de formulação de teorias que justifiquem ou não a aceitação dessa **"verdade"**. Porque a verificação dela é coisa tão ordinária quanto o próprio fato, sua aceitação é muito simples. Não se dá o mesmo, porém, com certas noções e concepções do mundo que nos cerca.

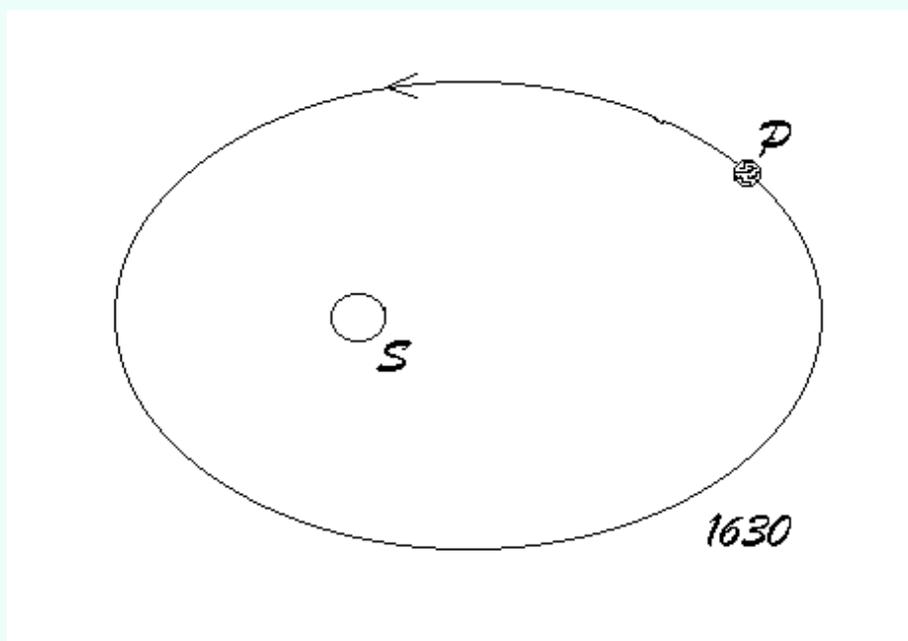
Muito menos com aquelas que dizem respeito à Doutrina Espírita. Mais uma vez recorremos a exemplos simples da ciência. A afirmação **"a Terra gira com movimento circular em torno do Sol"** parece, se aplicarmos o critério de aceitação vulgar, uma afirmação livre de ambiguidades.

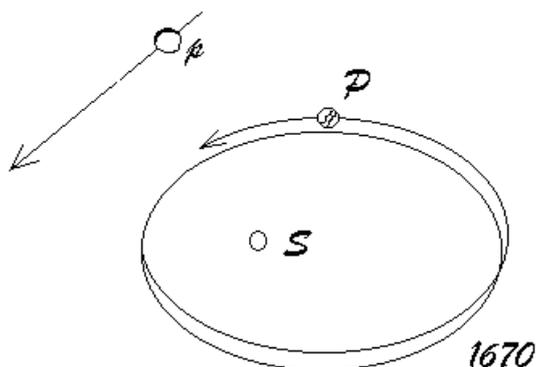
Nossas mentes formam instantaneamente uma ideia perfeitamente clara

de seu significado. Por mais incrível que pareça, no entanto, sua validade não pode ser inferida da mesma forma como no exemplo de frase anterior. Ela não era nem um pouco válida aos povos antigos, porque não era bem isso que eles constataavam quando viam o Sol se levantar e se por todos os dias, em aparente movimento circular ao redor da Terra. Ela foi a própria expressão da verdade para Nicolau Copérnico (1540) na sua nova formulação do sistema do Mundo. Para ele, a Terra sim girava circularmente em torno do Sol.



Ela deixou de ter validade para astrônomos posteriores, em particular Johannes Kepler (1630) que descobriu que o movimento, de fato, não era circular, mas sim elíptico "com o Sol ocupando um dos focos da elipse".

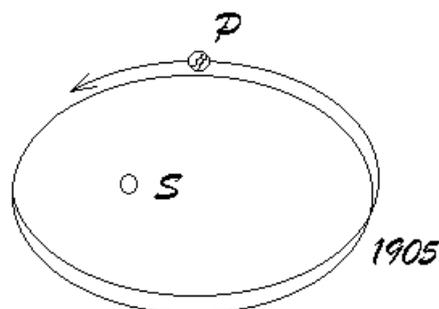




Essa última conclusão de Kepler deixou de ser válida com Isaac Newton (1670) e sua teoria da gravitação universal. Para Newton (assim como para toda mecânica clássica que ele fundou), o movimento só seria elíptico se no Universo somente o Sol e a Terra existissem. Desde que há outros corpos (não podemos nos esquecer da Lua) o movimento passa a

ser "perturbado". Muito aproximadamente a Terra giraria descrevendo uma "roseta" ao redor do Sol por causa do "movimento de precessão dos ápsides"³ da órbita descrita por ela. Em termos exatos se, porém, no Universo, existisse mais um corpo além da Terra e do Sol, o movimento daquela jamais seria descrito de uma maneira simples. Mais uma vez, porém, essa afirmação deixou de ser válida para Albert Einstein (1905), que descobriu efeitos "relativísticos" não desprezíveis.

Para Einstein, ainda que não existisse nenhum outro corpo no Universo, mas somente a Terra e o Sol, ainda assim o movimento seria o de uma roseta com uma precessão dos ápsides extremamente lenta para a Terra. A existência de outros corpos não alteraria muito a descrição de Newton, embora o movimento se tornasse ainda mais complexo. Tal



exemplo nos mostra o quão difícil é a descrição da "verdade" relacionada ao objeto de pesquisa da ciência ordinária, a matéria. A lição que se tira não é a de que certa concepção anterior tenha deixado de ser válida (decretada como "herética" na visão por dogmas). Ao contrário, as construções científicas presentes fundamentam-se explicitamente

naquelas do passado.

Para nós a memória dos antigos astrônomos deve ser tão venerável quanto a dos mais recentes. Mesmo hoje em dia, se quisermos construir um relógio do Sol por exemplo, podemos perfeitamente usar os conceitos antigos que consideravam o Sol como girando em torno da Terra. Existe erro nisso? Diante de nossa presumível ignorância com relação às questões ainda abertas nas ciências, estamos certamente tão perto da verdade quanto eles. A verificação desse fato não pode ser motivo, porém para escândalos, nem para um descrédito para com as ciências. O que se faz necessário é, pois, uma nova concepção de aceitação da verdade, bem como critérios de compreensão das explicações científicas. A chave que permite essa nova compreensão pode ser conseguida estudando-se um pouco a história das ciências assim como os mecanismos pelos quais as concepções científicas surgiram e têm operado (3).

As **teorias científicas** representam as construções de raciocínio onde essas concepções científicas se estabelecem. Não é senão pelo fato de tais conceitos estarem harmonicamente integrados às teorias que sua aceitação torna-se válida. Além disso, as teorias devem fornecer uma visão consistente do universo onde tal fenômeno ocorre. Isso implica não só em explicar aquele fenômeno particular, mas também possíveis efeitos a ele correlacionados. Uma excelente teoria deve, além disso, fornecer as bases para a previsão de fenômenos desconhecidos. Portanto, não é a autoridade de um ou de outro cientista que fundamenta a **ortodoxia** nas ciências (com sentido muito diferente daquele usado pelas religiões clássicas). Nunca a verdade científica haverá de ser decidida em reuniões a portas fechadas, pela deliberação de conselhos ou organizações ou baseando-se no palpite dos cientistas mais notáveis. É verdade que a opinião de um grande cientista a favor de uma certa teoria particular pode pesar muito na orientação das pesquisas futuras, mas tal opinião nunca constituirá **a teoria**.

3 - Analisando o critério da concordância universal.

Se na descrição de um simples fenômeno material somos obrigados a fazer grandes concessões de tolerância para com aqueles que sustentam opiniões diferentes, imaginemos por um momento a situação com os fenômenos e princípios espíritas. Isso é particularmente forte se considerarmos que o objeto de estudo do Espiritismo não está sujeito à apreensão direta pelos sentidos humanos ordinários nem por quaisquer "**aparelhos de medida**". Isso não significa, porém, que esses fenômenos estão condenados eternamente a serem inexplicáveis, muito menos que seremos sempre impotentes diante deles. O que se passa com o Espiritismo (que resulta em sua independência das ciências comuns) é

que ele trata de fenômenos pelos quais as ciências não se interessam. As ciências estudam a **matéria** e o Espiritismo o **espírito**. Para assegurar o progresso principalmente moral do ser humano, aguardou-se o lento, mas inexorável avanço da intelectualidade humana e o conhecimento espírita foi e tem sido revelado, em função direta dessas mesmas necessidades morais. Diante das dificuldades humanas de se conhecer a verdade (como exemplificadas acima), não é difícil concluirmos que existem claramente limites à revelação espírita.

A fonte primordial da informação espírita são os Espíritos. Mas como se dá a aceitação dessas informações por eles propostas⁴? No que diz respeito aos princípios da doutrina, existe um critério explícito. Vamos aqui analisar brevemente o famoso *critério da concordância universal* (CCU) . A referência principal sobre esse assunto é a Introdução ao **O Evangelho segundo o Espiritismo** (4), Parte II, "Autoridade da Doutrina Espírita"*. Todas as citações de Kardec feitas a seguir foram extraídas dessa referência. Kardec aponta duas grandes razões para a existência de um critério de aceitação das informações espíritas:

(a) "*Garantia para a unidade futura do Espiritismo*", com anulação das teorias contraditórias (Parágrafo 14).

(b) "*Garantia contra as alterações que poderia sujeitar o Espiritismo às seitas que se propusessem apoderar-se dele em proveito próprio ou acomodá-lo à vontade.*" (Parágrafo 16). Tal critério protege assim os fundamentos do Espiritismo contra enxertias, sejam da parte dos próprios Espíritos (menos esclarecidos) ou dos encarnados.

A primeira coisa que notamos é que o CCU foi uma descoberta inteligente de Kardec diante do difícil problema da autenticidade das mensagens dos Espíritos. Assim sendo, ele não é resultado do ensino dos Espíritos e, portanto, não pode ser tomado como um **princípio** da doutrina. Analisando a referência citada acima, podemos dizer que o critério tem 3 principais fundamentos.

O Espiritismo não é uma construção humana, ou seja, não é resultado de uma simples teorização em torno de observações e análise de fatos.

Os Espíritos têm ampla liberdade de comunicação, o que anula a possibilidade de privilégios na concessão da informação espírita (o que, do contrário, tiraria o caráter "**natural**" da revelação espírita).

Os Espíritos têm diversos graus de evolução. Se a fonte de informação espírita são os Espíritos, a validade das mesmas

depende do grau de lucidez que eles possuem em relação aquilo que pretendem informar. Disso vem que nem todos os Espíritos estão igualmente aptos a servir de fonte de informação e daí imediatamente, a necessidade de uma seleção das mesmas.

Por razões didáticas, podemos dizer que os três fundamentos acima possibilitam enunciar o que chamaríamos de "**CCU fraco**":

Uma garantia existe para o ensino dos Espíritos: a concordância que exista entre as revelações que eles façam espontaneamente.

Existem, entretanto condições operacionais (em relação ao *caráter* das mensagens) para que o CCU seja válido. Essas por sua vez se dividem em dois tipos: *condições gerais e condições específicas*. São condições gerais:

- "*Tudo o que seja fora do âmbito exclusivamente moral*" (Final do Parágrafo 6)

- Comunicações que tratem dos fundamentos doutrinários: "*Vê-se bem que não se trata aqui das comunicações referentes a interesses secundários*" (Parágrafo 9).

Ao mesmo tempo, são condições específicas (ver Parágrafo 8):

- que um só médium receba comunicações de diversos Espíritos;

- que vários médiuns diferentes (em um certo grupo ou em vários lugares) recebam comunicações de diversos Espíritos.

Ocorre aqui, porém que se tanto na situação (I) como em (II) houver a incidência de obsessão, a aceitação do CCU fraco não é possível. Disso resulta o que chamaríamos de CCU forte:

"Uma só garantia séria existe para o ensino dos Espíritos: a concordância que haja entre as revelações que eles façam espontaneamente, servindo-se de grande número de médiuns estranhos uns aos outros e em vários lugares". (Parágrafo 9).

Ao CCU fraco é assim acrescentada a exigência de repetibilidade geográfica e mediúnica de uma certa informação. Poderíamos ainda adicionar uma necessidade de confirmação temporal da informação, isto é, de que uma dada tese referente a um princípio se confirme ao longo do tempo. Isso ocorreu diversas vezes durante a codificação. Do ponto de vista histórico, Kardec parece também ter sido o único a aplicar o CCU

forte:

"Na posição em que nos encontramos, a receber comunicações de perto de mil centros espíritas sérios, disseminados pelos mais diversos pontos da Terra, achamo-nos em condição de observar sobre que princípio se estabelece a concordância".(Parágrafo 13).

A razão de ser do CCU fraco é que ele parece ser válido desde que os médiuns não estejam sob efeito de Espíritos mistificadores (obsessão etc). A exigência do CCU forte foi cumprida plenamente no momento da codificação por conta da enorme abundância de fenômenos espontâneos ocorridos na época. As condições gerais enunciadas por Kardec (condições A e B) são de crucial importância para se entender a aplicação do CCU. De fato, não tem muito sentido exigir um critério de concordância (seja por vários médiuns ou através várias instâncias temporais) com as comunicações pessoais de Espíritos familiares por exemplo. Seria mesmo ridículo exigir que os Espíritos se comunicassem por médiuns diferentes após fornecerem muitas vezes provas indubitáveis de que são eles mesmos que se apresentam a determinado médium. A especificidade da mensagem dita assim o grau de recorrência ao CCU. O grau de obviedade com que constatamos a concordância dos Espíritos esclarecidos em relação às questões morais é o que fundamenta a condição geral (A). Suprimir tal condição é equivalente a dizer que o CCU (na forma forte) sempre foi operacional com relação às questões morais. Parece assim ser importante compreender exatamente o que se entende por **pontos fundamentais e pontos secundários**, coisa que procuraremos fazer a seguir.

4 - O que são pontos fundamentais e o que são pontos secundários.

Exemplos.

Por Doutrina Espírita entendemos o conjunto de princípios fundamentais que sistematizam o Espiritismo, as regras de aplicação desses princípios às diversas situações e fenômenos em que ele representa uma alternativa lógica e racional de explicação. Também a essa doutrina estão associados os diversos conjuntos de preceitos e regras éticas que caracterizam o espírita na mais pura acepção da palavra. Por promoverem o progresso da alma humana, tais regras fortalecem as relações deste com a Divindade, de onde deriva imediatamente o aspecto religioso do Espiritismo.

De modo resumido os princípios fundamentais do Espiritismo são:

Existência de Deus. Deus aqui entendido como um ser existente de toda

eternidade, sem princípio nem fim, todo poderoso e bom. Sem tentar descrever o impossível, tais atributos são, digamos, os mínimos necessários para a noção da Divindade.

Existência do Espírito. O Espírito aqui é o princípio inteligente independente da matéria, a constituir um outro princípio. Por ser independente da matéria, o Espírito não sucumbe nem desaparece frente às transformações desta, de onde se tem a noção da imortalidade do ser.

Evolução do Espírito. A medida que o tempo transcorre, o estado que caracteriza o Espírito se transforma. Esse estado dá, por exemplo, as características do Espírito⁵. Da faculdade que o Espírito tem de interagir com a matéria, ele passa por transformações que modificam sua personalidade e características. Essa evolução leva ao aprimoramento moral do ser e de sua inteligência. No homem, o período de tempo necessário para o aprimoramento é muito maior que o tempo de vida médio de sua vida material. Daí segue, como corolário desse princípio, a ideia de reencarnação.

Comunicabilidade dos Espíritos. É possível ao Espírito, desprovido da parte material, entrar em comunicação com o mundo material por meio de pessoas dotadas de uma faculdade especial chamada mediunidade.

Pluralidade dos mundos habitados. No Universo são inúmeros os mundos onde a vida é abundante, e os Espíritos, segundo semelhantes princípios, evoluem e têm sua existência mais ou menos material de acordo com o progresso atingido.

Os princípios fundamentais estão todos eles contidos nas obras básicas editadas por Kardec. Essas obras também trazem ideias secundárias que auxiliam a explicação espírita do mundo segundo os princípios fundamentais. Além disso, a vasta literatura espírita contemporânea também contém inúmeras obras que desenvolvem substancialmente a aplicação dos princípios fundamentais e, porque não dizer, propõem princípios secundários novos. Esse fato é permitido pelo caráter progressista da doutrina, e os que teimam em não aceitá-lo⁶ estão, de fato, atrasando a marcha desse progresso. Vejamos um exemplo concreto que nos auxilie nesse ponto. Suponhamos que um certo Espírito proponha uma modificação na lei III de evolução afirmando que a marcha de desenvolvimento do Espírito não é incessante, mas que, em determinado ponto de sua vida maior, seja permitido **por lei** ao Espírito estacionar. Não é difícil ver que semelhante ideia depõe contra vários outros princípios e leva imediatamente a uma contradição com a noção de livre-arbítrio, pois, se ao Espírito é possível estacionar, ele não tem, **por lei**, nenhuma responsabilidade sobre seus atos durante o período de falta de progresso.

Essa ideia deve ser rejeitada por estar em contradição com uma série de noções que protegem os fundamentos da doutrina.

Tomemos agora um exemplo de uma controvérsia no movimento espírita que ilustra bem as dificuldades de compreensão dos princípios espíritas e do ensino dos Espíritos. Trata-se da famosa proposição do elevado Espírito Emmanuel sobre as "**almas gêmeas**" no seu livro **O Consolador** [5]. Antes de tudo, conviria considerar uma afirmação desse Espírito contida logo na introdução ("Definição") de seu livro:

"Alem do mais, ainda nos encontramos num plano evolutivo, sem que possamos trazer ao vosso círculo de aprendizado as últimas equações, nesse ou naquele setor de investigação e de análise. É por essa razão que somente poderemos cooperar convosco sem a presunção da palavra derradeira".

Na questão 298 de "**O Livro dos Espíritos**" [1], Kardec questiona os Espíritos sobre a ideia das almas gêmeas, entendidas como dois seres **unidos desde sua origem** e predestinados a se encontrarem **fatalmente** algum dia. Tratava-se, sem sombra de dúvida, de um ponto secundário, já que os princípios fundamentais nada dizem sobre a criação dos Espíritos (ver questão 78 de "**O Livro dos Espíritos**"). Além disso, a ideia das almas gêmeas **não contradiz** nenhum outro ponto fundamental. Em "**O Consolador**", Emmanuel por diversas questões (desde 323-328, "**Terceira Parte**", "**Amor**") reafirma a ideia das almas gêmeas, entendidas como seres que se buscam na Eternidade e cuja existência propicia o progresso aos Espíritos, já que estes, quando separados e caídos no crime anseiam por se encontrar, constituindo isso um incentivo ao seu progresso. Emmanuel, de fato, reconhece sua ignorância não só em relação à criação dos Espíritos como também sobre como se estabelece o vínculo afetivo entre eles:

"Para todos nós, o primeiro instante da criação do ser está mergulhado num suave mistério, assim como também a atração profunda e inexplicável que arrasta uma alma para outra, no intuito dos trabalhos, das experiências e das provas, no caminho infinito do Tempo."

Entretanto, inquirido a examinar melhor seus pontos de vista, Emmanuel humildemente pede seja mantido o texto original, chamando a atenção para a complexidade do assunto. Esse Espírito apenas queria dizer que ainda estamos longe de ter a pretensão à verdade de um tem tão complexo. Por outro lado, se os Espíritos que auxiliaram Kardec, em diversos pontos de "**O Livro dos Espíritos**", afirmaram que a criação dos

Espíritos está mergulhada em um profundo mistério, como poderiam ter dado uma resposta definitiva à questão das almas gêmeas? Parece-nos que, nesse caso, bem como em muitos outros, eles haveriam de estar igualmente longe de dar uma "**resposta derradeira**". De qualquer forma, o CCU na forma forte não pode ser invocado nesse caso por não se tratar de um ponto fundamental. Podemos tomar a proposição de Emmanuel como uma opinião pessoal sua, aliás em conformidade com o que vimos que esse Espírito diz na introdução de "**O Consolador**". Entretanto, certos setores do movimento espírita extremamente ligados à letra e desatentos às sutilezas das ideias de verdade e ensino dos Espíritos (a se aplicarem igualmente para as explicações das coisas materiais), tomaram esse caso como mais um exemplo a depor contra a "**pureza doutrinária**" do Espiritismo que se imagina poder ser imposta a todo custo.

5 - Conclusões

Não foi senão por uma longa e difícil marcha que a Humanidade, pela colaboração de inúmeros luminares da cultura, inteligência e moralidade, conseguiu compreender que a noção de verdade só pode ser formulada dentro de bases estritamente relativas. Acompanhando o progresso das religiões e das ciências (mais notadamente dessas últimas) chegou-se a conclusão que as concepções a respeito das coisas e dos fenômenos do Mundo tem uma grande dependência com as épocas, recursos de pesquisa e tendências culturais dos indivíduos. No estágio onde nos encontramos jamais poderemos aspirar à verdade absoluta.

Dentro da Doutrina Espírita, tais conclusões são igualmente válidas. Elas servem ainda mais para reforçar definitivamente nossa extrema pequenez diante do universo em que vivemos, a ideia de que nossas pretensões são ínfimas. Alias essa já é a opinião emitida por Espíritos elevados quando inquiridos sobre nosso tamanho nesse universo. Forma-se imediatamente assim a importante conclusão da inutilidade de quaisquer querelas que venham se formar ao redor das concepções espíritas, sejam elas fundamentais ou secundárias. Se nos é possível fechar a correspondência com o passado, digamos que a única "**heresia**" que se pode suspeitar hoje em dia é a da sustentação de tais querelas contra nossos companheiros muitas vezes dentro do próprio movimento espírita. Ela é antiética e depõe contra todos os princípios evangélicos que o Espiritismo sustenta abertamente.

Por outro lado, o sentimento de impotência diante da verdade com relação a muitas questões profundas, não invalida em nenhum ponto os efeitos inquestionavelmente benéficos em nossas vidas que a aceitação e prática dos princípios espíritas - revelados na medida que podemos compreender - podem gerar. De fato, estamos talvez muito distantes de compreender

por bases racionalmente sólidas princípios como o do amor, caridade e misericórdia. A própria evolução onde estagiamos hoje dá-nos muito mais capacidade para **sentir** esses conceitos.

Há uma base sim muito sólida onde se estabelecem os princípios e desenvolvimentos espíritas. Para conquistá-la, o espírita deve abraçar com zelo o estudo da doutrina e desvencilhar-se um pouco de velhas concepções. Isso significa avaliar coerentemente o conteúdo dos novos ensinamentos, compará-los aos antigos, notar as sutilezas por detrás das novas noções aparentemente tão simples. E nunca esquecer também que o mundo onde vivemos é de fato muito maior que nossas vãs concepções podem imaginar.

6 - Bibliografia

- (1) Allan Kardec, "**O Livro dos Espíritos**", 71 edição, Federação Espírita Brasileira (1991).
- (2) Eamon Duffy, "**Santos e Pecadores, a História dos Papas**", Cosac & Naif Edições Ltda, São Paulo (1998).
- (3) Silvio Seno Chibeni, "**A Excelência Metodológica do Espiritismo II**", Reformador, Dezembro de 1988, pp. 373-378 (FEB).
- (4) Allan Kardec, "**O Evangelho segundo o Espiritismo**", 104 edição, Federação Espírita Brasileira (1944)
- (5) Emmanuel, "**O Consolador**", 4 edição, Federação Espírita Brasileira.

Notas do Autor

- 1 "**O Livro dos Espíritos**" [1], Prolegômenos.
- 2 Ecos dessa disputa particular podem ser ouvidos até hoje nos recentes conflitos nas balcãs.
- 3 Ápsides: os pontos mais distantes entre si em uma certa órbita.
- 4 Os bons Espíritos sempre propõem as teses, nunca obrigam-nos a aceitar nada.
- 5 Personalidade, tendências, capacidades.
- 6 Por confundirem princípios fundamentais e secundários e por uma falta de estudo aprofundado da própria doutrina.

Notas do GEAE

*Vide também Boletim 351: "**Controle universal do ensino dos Espíritos**, Allan Kardec, *Revue Spirite*"

Este artigo foi publicado originalmente no
Grupo de Estudos Avançados Espíritas - GEAE

<http://www.geae.inf.br/pt/index.html>

Boletim do GEAE

Ano 14 Número 367 1999

Boletim GEAE 367

Publicado pelo **A ERA DO ESPÍRITO** com a autorização do autor.

Fonte: http://www.aeradoespirito.net/ArtigosAX/CONS_SOB_ID_VER_CO_EN_ES_AX.html, acesso em 21.02.2011, às 13:56hs.